

01) Acerca das causas excludentes de antijuridicidade, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) Não obstante não haver menção expressa no Código Penal, o consentimento do ofendido pode funcionar como causa de justificação, excluindo a ilicitude nos casos em que o titular do bem jurídico protegido e disponível assente de forma livre.
- (B) Mesmo aquele que tinha o dever legal de enfrentar o perigo pode alegar o estado de necessidade.
- (C) O agente, em qualquer hipótese de excludente de antijuridicidade, não responde pelo excesso, seja doloso, seja culposos.
- (D) O esportista que causa lesões corporais em adversário responde pelo seu ato a título de dolo ou culpa, mesmo se observou o cuidado objetivamente devido e agiu com ânimo ou vontade de exercer a prática de esporte, eis que nesses casos, pelo risco do esporte, inexistente o chamado exercício regular de direito.
- (E) Nenhuma das alternativas está correta.

02) Agência Nacional de Telecomunicações, sendo autarquia de regime especial:

- (A) pode prover seus cargos independentemente de concurso público.
- (B) é subordinada hierarquicamente ao Ministério das Comunicações.
- (C) tem dirigentes com mandato fixo e estabilidade.
- (D) é dispensada da realização de licitação para contratar obras e serviços e para alienar bens móveis.
- (E) não se submete à fiscalização pelo Tribunal de Contas da União.

03) A razoável duração do processo judicial:

- (A) não é direito consagrado na Constituição Federal.
- (B) é direito consagrado na Constituição Federal, mas pode ser suprimido por Emenda à Constituição.
- (C) é direito consagrado na Constituição Federal, mas pode ser suprimido por tratado internacional, desde que aprovado, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.
- (D) é direito consagrado na Constituição Federal e não pode ser suprimido por Emenda à Constituição.
- (E) nenhuma das alternativas está correta.

04) Nos crimes contra a honra, o chamado animus narrandi exclui a:

- (A) tipicidade.
- (B) culpabilidade.
- (C) ilicitude.
- (D) imputabilidade.
- (E) nenhuma das alternativas está correta.

05) Os atos administrativos normativos emanados de autoridades outras que não os Chefes do Poder Executivo, a exemplo dos Presidentes de Tribunais, órgãos legislativos e colegiados administrativos, para disciplinar matéria de suas competências específicas, denominam-se:

- (A) deliberações.
- (B) resoluções.
- (C) decretos.
- (D) regulamentos.
- (E) regimentos.

06) Os direitos fundamentais, segundo o texto da Constituição Federal:

- (A) têm aplicação imediata, mas, alguns deles, podem ser suspensos durante a intervenção federal.
- (B) têm aplicação imediata, mas, alguns deles, podem ser suspensos durante o estado de sítio.
- (C) têm aplicação imediata e nunca podem ser suspensos.
- (D) não têm aplicação imediata.
- (E) nenhuma das alternativas está correta.

07) A ação direta de inconstitucionalidade:

- (A) pode ser proposta perante o Tribunal de Justiça para controlar as omissões da Constituição Federal que afetem o Estado-membro respectivo.
- (B) pode ser proposta perante o Tribunal de Justiça para impugnar lei estadual ou municipal contrárias à Constituição Estadual.
- (C) pode ser proposta perante o Supremo Tribunal Federal para impugnar lei estadual contrária à Constituição Federal.
- (D) não existe no sistema brasileiro de controle da constitucionalidade.
- (E) nenhuma das alternativas está correta.

08) Na Execução Fiscal, o prazo para oferecimento de embargos será de:

- (A) 15 dias, a contar da juntada do mandado de penhora aos autos.
- (B) 30 dias, a contar da juntada do mandado de penhora aos autos.
- (C) 15 dias, a contar da intimação da penhora.
- (D) 30 dias, a contar da intimação da penhora.
- (E) 10 dias, a contar da intimação da penhora.

09) As limitações constitucionais relacionadas ao poder de tributar devem ser reguladas por:

- (A) Decreto Presidencial
- (B) Lei Ordinária
- (C) Medida Provisória
- (D) Lei Delegada
- (E) Lei Complementar

10) A investidura em cargo público ocorrerá com:

- (A) o provimento.
- (B) a nomeação.
- (C) o aproveitamento.
- (D) a posse.
- (E) a aprovação em concurso.

11) No sistema presidencialista brasileiro prescrito na Constituição Federal, o Presidente da República:

- (A) exerce as funções de Chefe de Governo, e o Vice-Presidente, as de Chefe de Estado.
- (B) pode ser substituído pelo Ministro da Justiça, no caso de impedimento.
- (C) é eleito pelo sistema de maioria relativa ou simples.
- (D) está sujeito à perda do cargo, caso se ausente do País por mais de quinze dias, sem autorização do Congresso Nacional.
- (E) nenhuma das alternativas está correta

12) São elementos do fato típico:

- (A) conduta dolosa ou culposa - resultado - nexo causal - tipicidade;
- (B) ação do agente - nexo causal - resultado;
- (C) ação do agente - nexo causal - consciência da ilicitude - tipicidade;
- (D) previsão legal - conduta do agente - tipicidade;
- (E) nenhuma das alternativas está correta.

13) É exemplo de atividade própria do poder de polícia, entendido como polícia administrativa:

- (A) a aplicação de multa contratual, em contrato administrativo, pela Administração ao particular contratado.
- (B) a restrição imposta, por agentes administrativos, à edificação de construção irregular.
- (C) o policiamento ostensivo realizado nas ruas pela polícia militar.
- (D) a atividade investigativa realizada pela polícia civil em um inquérito policial.
- (E) a prisão em flagrante de um criminoso por qualquer do povo.

14) Na aplicação da pena o juiz examina as circunstâncias atenuantes e as circunstâncias agravantes:

- (A) na fixação da pena-base;
- (B) logo após a fixação da pena-base;
- (C) nas causas de aumento de pena;
- (D) nas causas de aumento e diminuição da pena.
- (E) nenhuma das alternativas está correta.

15) O Princípio da Legalidade é também denominado de:

- (A) Reserva Legal
- (B) Common Law
- (C) Analogia Legal
- (D) Liberdade Legal
- (E) Nenhuma das alternativas está correta.

16) Medida Provisória que alterasse o procedimento sumário previsto no Código de Processo Civil e que fosse prorrogada por mais 60 (sessenta) dias, durante a vigência de intervenção federal:

- (A) não deveria ser convertida em lei, porque a prorrogação só é admitida por mais 30 (trinta) dias.
- (B) não deveria ser convertida em lei, porque não pode dispor sobre direito processual civil.
- (C) não deveria ser convertida em lei, porque não poderia ser prorrogada sob a vigência de intervenção federal.
- (D) deveria ser convertida em lei, porque foi produzida nos termos da Constituição Federal.
- (E) nenhuma das alternativas está correta

17) O Prefeito Municipal passou a exibir nas placas de todas as obras públicas a indicação "GOVERNO TOTONHO DO POSTO". Assim agindo, o governante ofendeu o princípio da administração pública conhecido como:

- (A) moralidade.
- (B) impessoalidade.
- (C) autotutela.
- (D) razoabilidade.
- (E) publicidade.

18) O princípio contido na norma que determina que é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios cobrar tributos em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado é o:

- (A) princípio da igualdade
- (B) princípio da anterioridade
- (C) princípio da legalidade
- (D) princípio da irretroatividade
- (E) princípio da imunidade

19) Assinale a alternativa que indica a característica que NÃO corresponde à do tributo:

- (A) Prestação cobrada mediante atividade vinculada.
- (B) Prestação de caráter pecuniário.
- (C) Prestação compulsória.
- (D) Prestação instituída em lei.
- (E) Prestação decorrente de ato ilícito.

20) São tributos federais:

- (A) **IPTU** (Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana), **IR** (Imposto sobre a Renda e Proventos de qualquer Natureza), **IPI** (Imposto sobre Produtos Industrializados) e **CSLL** (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido);
- (B) **IPVA** (Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores), **ICMS** (Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações), **ITBI** (Imposto sobre Transmissão “inter vivos” de Bens Imóveis) e **IE** (Imposto de Exportação);
- (C) **IR** (Imposto sobre a Renda e Proventos de qualquer Natureza), **IPI** (Imposto sobre Produtos Industrializados), **II** (Imposto de Importação) e **IE** (Imposto de Exportação);
- (D) **ISS** (Imposto sobre Serviços de qualquer natureza), **ITR** (Imposto sobre Propriedade Territorial Rural), Contribuição de Melhoria e Empréstimo Compulsório;
- (E) Nenhuma das alternativas anteriores.

21) No que se refere a competência interna dos órgãos jurisdicionais, assinale a opção correta.

- (A) A justiça estadual é competente para conhecer e julgar todas as causas que não sejam da competência da justiça federal, militar, do trabalho e eleitoral.
- (B) A competência territorial ou de foro é aquela que indica qual a comarca onde deverá a demanda ser proposta, ou seja, no domicílio do réu. Por se tratar de competência absoluta, é impossível qualquer modificação, seja por vontade das partes ou por motivo legal.
- (C) Existindo continência entre duas ações que tramitam perante juízos diversos, configurada pela identidade do objeto ou da causa de pedir, impõe-se a reunião dos processos, mesmo quando um desses processos já se encontra sentenciado.
- (D) Compete à justiça federal conhecer e julgar todas as causas que a União, os estados, o Distrito Federal e as sociedades de economia mista forem interessadas na condição de autores ou réus.
- (E) Nenhuma das alternativas está correta

22) Indeferida a petição inicial, o autor poderá:

- (A) Interpor embargos infringentes, facultado ao juiz reformar sua decisão.
- (B) Interpor agravo de instrumento, facultado ao juiz reformar sua decisão.
- (C) Apelar, facultado ao juiz reformar sua decisão.
- (D) Apelar, sendo defeso ao juiz reformar sua decisão.
- (E) Interpor agravo de instrumento, sendo defeso ao juiz reformar sua decisão.

23) A reconvenção será oferecida, em regra,

- (A) simultaneamente com a contestação, em forma de preliminar de mérito, no prazo de 30 dias.
- (B) simultaneamente com a contestação, em forma de preliminar de mérito, no prazo de 15 dias.
- (C) em peça autônoma, no prazo de 10 dias após o oferecimento da contestação, contados da sua protocolização.
- (D) em peça autônoma, no prazo de 5 dias após o oferecimento da contestação, contados da sua protocolização.
- (E) simultaneamente com a contestação, em peças autônomas, no prazo de 15 dias.

24) São requisitos essenciais do auto de penhora, EXCETO:

- (A) A indicação do dia em que foi feita.
- (B) Os nomes dos advogados do credor e do devedor.
- (C) A nomeação do depositário do bem.
- (D) A nomeação do depositário dos bens, podendo ser este o próprio devedor.
- (E) A indicação do local em que é realizada.

25) Se o réu não contestar a ação, reputar-se-ão verdadeiros os fatos afirmados pelo autor. O réu revel:

- (A) não poderá, em qualquer fase, intervir no processo, sendo este um dos efeitos da revelia.
- (B) poderá intervir no processo em qualquer fase, recebendo-o no estado em que se encontrar.
- (C) só poderá intervir no processo antes da realização de qualquer espécie de prova, por expressa determinação legal.
- (D) só poderá intervir no processo após a prolação de sentença, podendo interpor o recurso cabível da decisão.
- (E) só poderá intervir no processo após a realização de todas as provas requeridas pelo autor e desde que não tenha sido proferida sentença.

